

Resistências
Insubmissão e Revolta
no Império Português

|||||
casadasletras

ISBN: 978-989-661-207-8

© Mafalda Soares da Cunha, 2021

Direitos reservados
CASA DAS LETRAS
uma chancela LeYa, S.A.
Rua Cidade de Córdova, 2
2610-038
Alfragide
Tel: 21 427 2200, Fax: 21 471 77 37

Editor: Francisco Camacho
Revisão: Leonor Santos
Capa: Maria Manuel Lacerda
Imagem de capa: Johann Moritz Rugendas. *Guerra do Açú ou dos Bárbaros*.
Cerca de 1820-1825. Aguarela. © D.R.

1.^a edição: setembro 2021
Depósito Legal: n.º 486 421/21
Pré-impressão: LeYa
Impressão e acabamento: Multitipo

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

This project has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under the Marie Skłodowska-Curie Grant Agreement No 778076.

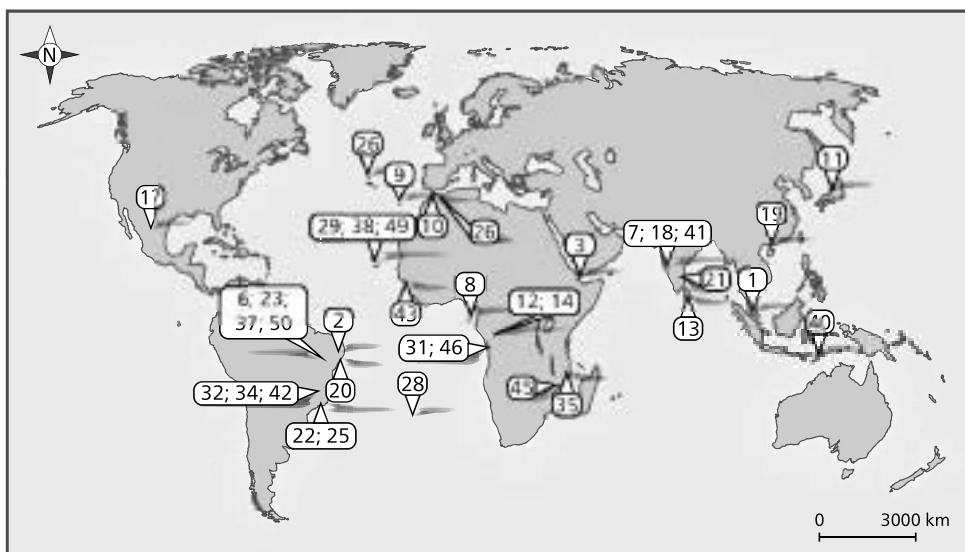
ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	10
1. O ABANDONO DE MALACA EM TEMPOS DE JORGE DE BRITO (1515-1517) Joana Fraga	21
2. BRANCA DIAS (C.1515-C.1588): DE JUDAIZANTE AO PARADIGMA DA VÍTIMA DA INTOLERÂNCIA Bruno Feitler	27
3. A REVOLTA DO REINO DE ORMUZ CONTRA A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NA SUA ALFÂNDEGA (1521) Graça Almeida Borges.....	34
4. MOURISCAS DO REINO PORTUGUÊS NO SÉCULO XVI. GÉNERO, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA Filomena Lopes de Barros	41
5. MOURISCOS E RENEGADOS NA LISBOA DO SÉCULO XVI Filomena Lopes de Barros	47
6. DEUS E O PAPA CONTRA OS BRANCOS. A SANTIDADE DE JAGUARIBE E A BAHIA DO SÉCULO XVI Moreno Pacheco.....	53
7. ALDEIAS DE GOA REVOLTAM-SE CONTRA O IMPÉRIO PORTUGUÊS E A CRISTIANIZAÇÃO (1583) Ângela Barreto Xavier	60
8. AMADOR E A PRIMEIRA GRANDE REVOLTA DE ESCRAVOS DO MUNDO ATLÂNTICO Arlindo Manuel Caldeira.....	66
9. A HISTÓRIA DE ANA DIAS, «QUE SE PERDEU NO MAR» E A PERSISTÊNCIA DO CULTO JUDAICO NO FUNCHAL Fernanda Olival	71
10. MOTIM EM TÂNGER Mafalda Soares da Cunha.....	78
11. MORRER PELA FÉ NO IMPÉRIO DO SOL NASCENTE. OS MARTÍRIOS DE CRISTÃOS NO JAPÃO, ENTRE 1597 E 1639 Kevin Carreira Soares.....	85
12. A RESISTÊNCIA DO REINO DO KONGO FACE À «TRAIÇÃO» DO GOVERNADOR DE ANGOLA JOÃO CORREIA DE SOUSA (1622-1623) Miguel Geraldês Rodrigues.....	93
13. A REVOLTA DOS LASCARINS E DOS MODELIARES NA ILHA DE CEILÃO Graça Almeida Borges e José Vicente Serrão.....	100
14. ANGOLA: REBELDIA E RESISTÊNCIA DA RAINHA NJINGA Arlindo Manuel Caldeira	106
15. O POVO LEVANTADO CONTRA D. FILIPE III DE PORTUGAL Mafalda Soares da Cunha	113

16. PENITENCIADOS QUE RESISTEM À INQUISIÇÃO Bruno Lopes..	122
17. PROTESTOS CONTRA OS PORTUGUESES NA NOVA ESPANHA (1641-1643) Pedro Cardim	129
18. MATHEUS DE CASTRO: UM BISPO DE GOA CONTRA O PODER PORTUGUÊS Ângela Barreto Xavier	136
19. ISABEL REIGOTA E A «CONTENDA» DO SÂNDALO Elsa Penalva	142
20. RESISTIR ÀS REDES «MALIGNAS, DANOSAS E PREJUDICIAIS». OS PESCADORES DE ALAGOAS NOS SÉCULOS XVII E XVIII Arthur Curvelo.....	149
21. A INSURREIÇÃO DO ARCEDIAGO DA SERRA (1653) Joana Fraga.....	155
22. OS IRMÃOS BARBALHO: CONQUISTADORES E REBELDES NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XVII Luciano Figueiredo	161
23. A REBELIÃO DOS ÍNDIOS DE NATUBA Evergton Sales Souza.....	168
24. OS MESTERES DE LISBOA DEFENDEM A IGUALDADE FISCAL (1670) Pedro Cardim	175
25. TRABALHO COMPULSÓRIO E RESISTÊNCIA DOS ÍNDIOS ALDEADOS. CAPITANIAS DO RIO DE JANEIRO E DE CABO FRIO – SÉCULOS XVII-XVIII Maria Regina Celestino de Almeida.....	182
26. FORMAS DE LER A RESISTÊNCIA Fernanda Olival	189
27. DESACATOS NO MOSTEIRO DE SANTA ANA DE VIANA DO MINHO Mafalda Soares da Cunha.....	196
28. O NAVIO REBELADO. RESISTÊNCIAS AO TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS NO ATLÂNTICO PORTUGUÊS Cândido Domingues.....	203
29. A IMPOSSÍVEL PUNIÇÃO DOS VALENTES DO JULANGUE António Leão Correia e Silva	210
30. MULHERES NEGRAS PROTESTAM EM LISBOA EM 1717 Cacey B. Farnsworth e Pedro Cardim.....	217
31. REVOLTA DO SOBA QUIOMBELA EM CACONDA CONTRA OS ABUSOS DOS CAPITÃES-MORES DE BENGUELA (1718-1728) Miguel Geraldês Rodrigues	226
32. FILIPE DOS SANTOS E CHICA MINA. O GARIMPEIRO PORTUGUÊS E A ESCRAVIZADA AFRICANA DE VILA RICA QUE LEVANTARAM AS MINAS GERAIS EM 1720 Luciano Figueiredo.....	232
33. MAFRA, TRABALHO FORÇADO E RESISTÊNCIA Nuno Gonçalo Monteiro e Isabel dos Guimarães Sá	239

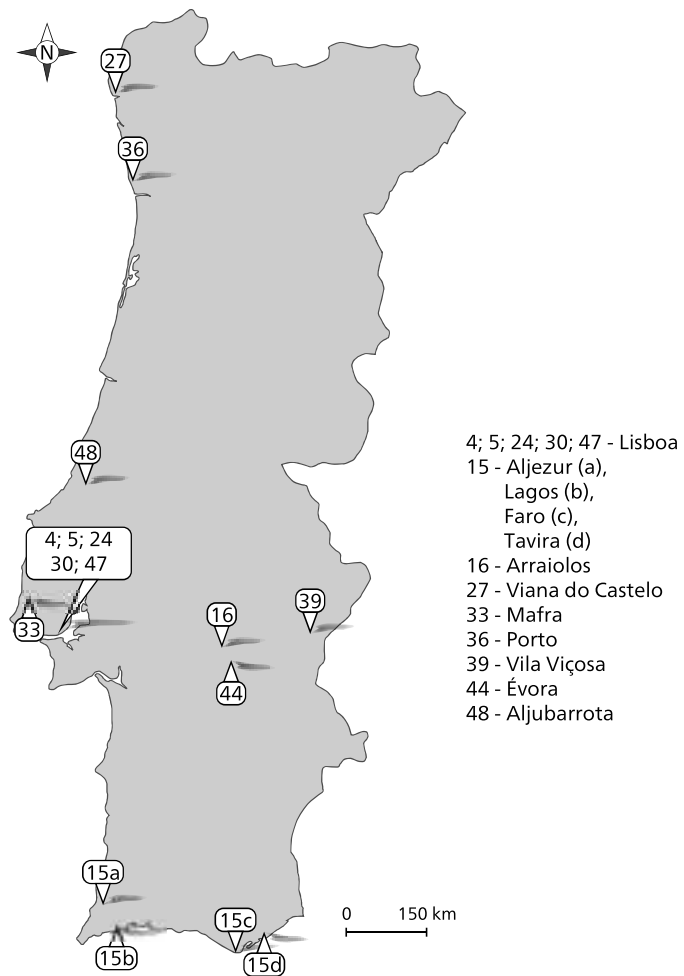
34. REIVINDICAÇÃO POLÍTICA E GOVERNO REPRESENTATIVO EM MINAS Pedro Cardim.....	249
35. DECLARARAM GUERRA AO MACUA MURIMUNO PARA LHE ABAIXAR A SOBERBA E O ORGULHO, E PERDERAM Luís Frederico Dias Antunes.....	256
36. «VIVA EL REY! ABAIXO A COMPANHIA!» A REVOLTA CONTRA A COMPANHIA DAS VINHAS DO ALTO DOURO (PORTO, 1757) Ana Sofia Ribeiro	265
37. A MOBILIZAÇÃO COLETIVA NAS VILAS INDÍGENAS NA BAHIA Fabricio Lyrio Santos	273
38. CABO VERDE: ANTÓNIO BARROS BEZERRA DE OLIVEIRA, «ABSOLUTO RÉGULO» DA ILHA DE SANTIAGO Arlindo Manuel Caldeira	280
39. O HOMEM QUE DEU COM UM PAU EM D. JOSÉ E NO SEU CAVALO (VILA VIÇOSA, 1769) Nuno Gonçalo Monteiro.....	287
40. A «GUERRA DOS DOIDOS» EM TIMOR-LESTE (1776-1786) Ricardo Roque e Luísa Coutinho	294
41. UMA REVOLTA À «AMERICANA»: A CONSPIRAÇÃO DOS PINTOS DE 1787 (GOA) Ângela Barreto Xavier	302
42. A MAIS FAMOSA CONSPIRAÇÃO DO BRASIL FICOU POR ACONTECER Roberta Stumpf.....	308
43. AS CONTAS DE UMA REVOLTA A BORDO. O TRÁFICO DE ESCRAVOS E A VIOLÊNCIA DA DESUMANIZAÇÃO Jorge M. Pedreira	314
44. ATRIBULAÇÕES DE UM ARCEBISPO NA VORAGEM DA DESORDEM. ÉVORA E BEJA, 1808 Jorge M. Pedreira.....	322
45. D. ANA PERANTE OS SEUS ÉMULOS: MULHERES E RESISTÊNCIA EM TERRAS DO VALE DO ZAMBEZE Eugénia Rodrigues.....	329
46. AS MULHERES QUE RESISTIRAM À CAPTURA E À ESCRAVIZAÇÃO EM BENGUELA NO SÉCULO XIX Mariana P. Candido.....	336
47. AS VENDEDEIRAS DE LISBOA E A NOVA «OPRESSÃO» LIBERAL, 1820-1823 Miguel Dantas da Cruz	344
48. A OUTRA BATALHA DE ALJUBARROTA. AS RESISTÊNCIAS AO SENHORIO DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA NO PRIMEIRO LIBERALISMO (1820-1824) Nuno Gonçalo Monteiro	351
49. A REVOLTA DO BATALHÃO AÇORIANO (MARÇO DE 1835). VILA DA PRAIA, ILHA DE SANTIAGO DE CABO VERDE José Silva Évora.....	359
50. A REVOLTA DOS MALÊS NA BAHIA, 1835 João José Reis	366
BIOGRAFIAS	372

LOCALIDADES DE INSUBMISSÃO E REVOLTA



- | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|
| 1 - Malaca | 20 - Capitania de Alagoas |
| 2 - Capitania de Pernambuco | 21 - Malabar, Índia |
| 3 - Ormuz | 22; 25 - Rio de Janeiro |
| 6; 23; 37; 50 - Capitania da Bahia | 26 - Ilha da Flores (Açores), Argel |
| 7; 18; 41 - Goa | 28 - Oceano Atlântico |
| 8 - São Tomé e Príncipe | 29; 38; 49 - Cabo Verde |
| 9 - Ilha da Madeira | 31; 46 - Benguela, Angola |
| 10 - Tânger | 32; 42 - Vila Rica do Ouro Preto |
| 11 - Japão | 34 - Capitania das Minas Gerais |
| 12; 14 - São Salvador, Angola | 35 - Itoculo, Moçambique |
| 13 - Ceilão/Sri Lanka | 40 - Timor |
| 17 - México | 43 - Bissau |
| 19 - Macau | 45 - Sena, Moçambique |

LOCALIDADES DE INSUBMISSÃO E REVOLTA





Quatro cenas representando o assassinio de Miguel de Vasconcellos (ministro de D. Filipe III), a chegada a Lisboa e a aclamação de D. João IV.

Crijspin van de Passe, *Actus Regis Iohannis Lusitaniae Sev Portugalliae Regis*. Gravura neerlandesa. © D.R.

15. O POVO LEVANTADO CONTRA D. FILIPE III DE PORTUGAL

Mafalda Soares da Cunha
Universidade de Évora – CIDEHUS



Pensar na Restauração do 1.º de Dezembro de 1640 remete-nos quase inevitavelmente para a pergunta sobre o que aconteceu nos 60 anos anteriores – que correspondem ao período da agregação de Portugal à Monarquia Hispânica –, para destruir o relativo consenso que em 1580 se gerou entre as pessoas principais do reino.

A resposta não é simples, pois a profunda revisão historiográfica sobre o Portugal dos Filipes feita nos últimos 40 anos trouxe novidades que importa incorporar. Entre essas novidades pode destacar-se o reconhecimento de que os processos de agregação de territórios eram soluções habituais quando faltava sucessão às monarquias da época, pelo que a incorporação de Portugal na Monarquia Hispânica não teria provocado grandes sobressaltos na comunidade política desse tempo. Por outro lado, a relevância da negociação política na cultura jurídico-política de então, afasta considerações nacionalistas sobre o patriotismo dos atores políticos em 1580 e em 1640. Importa por fim salientar que os eventos de resistência e rebeldia contra o domínio filipino se estenderam a todo o período do Portugal dos Filipes e não apenas ao reinado de Filipe III de Portugal (Filipe

IV de Espanha) (Godinho, 1965; Hespanha, 1993; Bouza, 1987).

Um dos temas mais estudados foi o das revoltas populares. Inserem-se no conjunto das alterações sociais que ocorreram em Portugal especialmente nas décadas de 1620 e 1630. A sua causa próxima foi a pressão fiscal imposta à margem das assembleias de cortes por Filipe III de Portugal e pelo seu valido Olivares. No entanto, alguns autores insistiram que em 1637-1638, ou seja, no pico de maior violência e de maior concentração dos levantamentos, o mal-estar já sinalizava mais do que isso, pois a insatisfação contra a coleta fiscal ampliara-se, convertendo-se em insatisfação para com a governação dos Áustria (Oliveira, 2002: 20).

Com efeito, o descontentamento popular vinha, pelo menos, da década de 1620, quando as crescentes dificuldades financeiras da Monarquia Hispânica resultantes das várias frentes de guerra na Europa e nos domínios ultramarinos obrigaram a um aumento da fiscalidade sobre o conjunto dos vassalos. A estes problemas militares e financeiros somava-se uma conjuntura depressiva de subida dos preços agrícolas com causas várias, mas que não eram exclusivas dos territórios ibéricos. Por esse motivo, certos historiadores rebateram a fiscalidade como o fundamento principal dos levantamentos populares, preferindo falar de manifestações locais de uma crise económica com contornos globais, os chamados «motins da fome» (Godinho, 1968; Magalhães, 1972).

Em Portugal, esta nova fiscalidade incidia, sobretudo, no aumento de 25% sobre o cabeção das sisas e do real d'água. O cabeção das sisas era a quantia fixa anual cujo valor havia sido contratado pelo monarca com cada concelho para substituir o pagamento das sisas, correspondendo estas a 10% sobre as transações efetuadas em cada município, com isenção dos eclesiásticos. Já o real d'água era a contribuição de um real por cada arrátel de carne e por cada canada de

vinho, pago pelo comprador. Este último imposto tinha sido criado para apoiar o socorro da Índia, com um prazo de validade de 6 anos, contados a partir de 1629. A divisão e a cobrança destes tributos eram responsabilidade municipal e, aspeto importante para a compreensão das alterações, o monarca conseguiu um breve papal, também de 1629, que autorizava a cobrança do real d'água aos eclesiásticos. Contudo, nem todas as câmaras executaram a cobrança como era esperado. Por conseguinte, as quantias previstas para a coleta não foram cumpridas, o que conduziu ao seu prolongamento por mais 6 anos e ainda ao acrescentamento de um donativo geral em 1637. Este último seria cobrado, segundo a avaliação que se fizesse dos bens, rendas e salário de cada um. A forma da contribuição exigia, portanto, ou a avaliação do montante dos bens por parte dos oficiais locais ou a declaração dos próprios contribuintes à vereação. Correu até o rumor de que poderia corresponder a um quinto dos valores inventariados. E, dessa vez, a justificação invocada pela monarquia foi o auxílio a Pernambuco (Oliveira, 1991: 162-165).

Motins vários, alguns dos quais já reagiam à imposição do real d'água e ao aumento do quarto do cabeção, explodiram em Lisboa (pescadores) e no norte de Portugal, em 1635 (Arcozelo) e em 1636 (Viana de Minho, Ponte de Lima, Vila Real, Chaves). E, quando a identificação da riqueza pessoal dos contribuintes para o donativo geral se iniciou em 1637, suscitou logo reações populares adversas que se prolongaram até 1638. De Évora, em agosto de 1637, alastrou pelo Alentejo e pelo Algarve, propagando-se à margem norte do Tejo e a algumas localidades na Beira Interior e em Trás-os-Montes, tendo-se os Açores e Ceuta rebelado já em 1638. No total podem contar-se umas largas dezenas de alvoroços, motins, alterações, levantamentos, sedições, tumultos, sublevações ou inquietações, termos quase equivalentes que eram usados à época para identificar movimentos de

contestação ao poder instituído. Embora estas resistências fossem predominantemente urbanas, nas duas províncias a sul de Portugal as populações rurais dos termos dos concelhos tiveram um papel fundamental na radicalização da ação e no alargamento da pauta reivindicativa a questões não fiscais.

De acordo com um dos principais estudiosos dos protestos populares, a geografia da contestação teve o seu pico entre 1637 e 1638, primeiro no Alentejo e logo depois no Algarve. As características e os estilos de vida dessas populações explicariam a rapidez e a brutalidade da insubordinação. Rudes, rústicos, facinorosos, pertinazes eram alguns dos vocábulos utilizados pelos políticos, militares e magistrados coevos ao comentarem para Madrid os factos violentos e os protagonistas dos tumultos nas diversas localidades dessas duas províncias (Oliveira, 1991; Oliveira, 2002).

Os levantamentos do Algarve, que tiveram lugar entre setembro de 1637 e março de 1638, espalharam-se por Loulé e por Faro, com os campos do seu termo, neste caso Estói, São Brás de Alportel e Moncarapacho, por Aljezur e vários lugares da serra de Monchique, mas também por Tavira. Foi sobre estes distúrbios que um outro grande especialista nestes temas afirmou que os seus protagonistas «eram camponeses esfomeados» que invadiam os espaços urbanos. E entre as evidências que apresentou, sinalizou maus anos agrícolas, falta de pão em Loulé em 1637 e, ainda, ameaça de peste. Reconheceu, todavia, que a nova fiscalidade do real d'água e o aumento do quarto do cabeção das sisas contribuíram bastante para a exasperação dos povos (Magalhães, 1972).

Em Loulé, o motim estalou em 29 de setembro de 1637. Muita gente reuniu-se perto da casa do juiz de fora, reclamando o fim da nova tributação. A vereação, atemorizada, aceitou e os desacatos cessaram. Por pouco tempo, pois reacenderam-se com mais força em 13 de outubro, e incluíram a destruição de papéis judiciais e do fisco. Os corregedores

disseram depois que os amotinados eram lavradores, pastores, negros, mulatos e mecânicos, escudeiros, velhos, moços, meninos e mulheres. Ou seja, população rural e escalões inferiores urbanos. Mas também clérigos. E que resistiam às justiças com pedras, paus, azagaias e armas quejandas; eram ferozes e indomáveis. Figura de destaque na repressão em Loulé foi o capitão-mor da vila, Lopo Furtado de Mendonça.

Em Aljezur, os cabecilhas lograram ocupar postos na câmara durante os levantamentos, como aconteceu com João Lourenço da Costa, procurador do povo. Outros protagonistas das alterações foram o mulato estalajadeiro João Fernandes e o mulato Gregório da Costa. Contumazes, todos três recusaram assinar o «termo de redução» proposto pelo corregedor, a não ser que houvesse um acordo prévio de toda a população.

Já no termo de Faro, em Estói, os cabecilhas foram um escrivão de testamentos, um estalajadeiro, um sacristão, um alguacil, um barbeiro e vários almocreves. Estavam articulados com moradores da cidade e com gente dos mesteres eleita para a Casa dos Doze, entre os quais um ferrador, um tanoeiro, dois marchantes e também um mulato. O principal cabecilha foi Diogo Faria Moniz, morador de Estói, tido como nobre, dos principais de Faro. Seria depois condenado à morte. Além da queima dos papéis dos oficiais de justiça, soltaram presos e roubaram residentes. A defesa da cidade, entre os quais se destacaram os mareantes e os mais nobres, resistiu e repeliu o assalto, mas acabou por suspender o pagamento do real d'água.

No que toca a Tavira, em 1 de outubro, o real d'água deixou de ser pago em Moncarapacho, uma das aldeias do termo. Pouco depois, os camponeses desse lugar e das aldeias de Nossa Senhora da Luz, Santa Catarina da Fonte do Bispo, Nossa Senhora da Conceição e Cacela invadiram e atacaram Tavira. A intenção, dizia-se, era queimarem os cartórios. Mas, embora fossem muitos, não conseguiram penetrar nas

defesas da vila. O cabecilha dos amotinados foi um homem de Moncarapacho chamado Domingos Dias, um reconhecido fora da lei, fugido à justiça. Mas partilhou a liderança com outros três irmãos, um sapateiro, um almocreve e um oleiro. Na repressão destacou-se Brás de Vilela, recompensado depois com o posto de sargento-mor da vila, Francisco Correia de Barros, cristão-velho, e Martim Correia da Silva, filho do futuro governador do Algarve.

Se há que destacar o sucesso das negociações dos corregedores em muitos lugares entre meados e finais de dezembro de 1637, a pacificação final do Algarve deveu muito à intimidação das tropas do duque de Medina Sidónia e ao apoio armado de algumas autoridades das terras. Tal situação contrastava com o Alentejo onde o sossego foi conseguido sem uso da força militar, apoiando-se na negociação dos fidalgos e dos títulos com os contestatários. O anúncio de um régio perdão para os inculcados terá também contribuído para o apaziguamento geral no Algarve. As devassas e os inquéritos foram depois feitos com rapidez. No entanto, as autoridades, depois de suspeitarem que um jesuíta – Sebastião do Couto – fosse um dos impulsionadores das sublevações, tentaram que este fosse para Madrid. O que não aconteceu. Alegavam a coincidência entre o percurso de pregação que fizera no Alentejo e Algarve com a geografia dos levantamentos, e que os seus sermões difundiam o messianismo sebastianista. Mas certamente que a insatisfação que manifestava também teria em conta a perda recente dos privilégios fiscais do clero.

A monarquia desejava que a punição dos motins fosse simultaneamente misericordiosa e exemplar. Essa é explicação para o número limitado de sentenciados à morte: em Loulé, só um; em Tavira, também apenas um; em Lagos (provavelmente de Aljezur ou de aldeias circundantes), foram dois; e em Faro, outros dois, embora um deles tenha logrado fugir. As penas capitais tiveram lugar em Loulé, Lagos, Faro e Tavira em 12

março de 1638. Os restantes sublevados foram abrangidos pelo perdão geral de Filipe III.

Deve sublinhar-se que os levantamentos descritos não esgotaram as revoltas que eclodiram em Portugal no período da união das Coroas. Estima-se que em 1637 e 1638 terão existido mais de 70 revoltas só no Alentejo e Algarve, e muitas mais ocorreram nas décadas de 1620 e 1630. Esta evidência situa este período como aquele em que houve maior concentração de convulsões sociais e é quase impossível não o associar à situação política que se vivia no Portugal dos Filipes. É claro que as causas da separação da Monarquia Hispânica são complexas, não se limitam à insatisfação fiscal, nem apontam para o protagonismo das categorias sociais inferiores no processo de rutura. Mas, como sugeriu há alguns anos o historiador norte-americano S. Schwartz (2013), talvez valha a pena revisitar a questão do apoio popular às mudanças políticas.

Referências:

- BOUZA ÁLVAREZ, F. (1987). *Portugal en la Monarquia Hispanica (1580-1640): Filipe II, Las Cortes de Tomar y la Genesis del Portugal Católico*. Madrid: Universidad Complutense.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1965). «1580 e a Restauração». In: *Ensaios Sobre História de Portugal*, vol. II Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 255-291.
- HESPANHA, António Manuel (1993). «As Faces de Uma “Revolução”». *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 9-10, 7-16.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1972). «Os motins da fome (1637)». *Biblos*, LII: 319-333.
- OLIVEIRA, António de (1991). *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel.

- OLIVEIRA, António de (2002). *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no século xvii*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social – Faculdade de Letras, 513-687.
- SCHWARTZ, Stuart (2013). «As classes populares portuguesas durante a União Ibérica e a Restauração». In: CARDIM, Pedro, COSTA, Leonor Freire e CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.). *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de integração e conflito*. Lisboa: CHAM-UNL/UAç – CIDEHUS-UÉ – GHES-UTL, 493-506.